CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICAÇÃO NO JOUE N.º NCP20200028

MATERIAL PARA HEMODINÂMICA PARA 2020

ÍNDICE

PARTE I Disposições gerais

SECÇÃO I Disposições gerais

Cláusula 1.ª - Caderno de encargos

Cláusula 2.ª -Objeto

Cláusula 3.ª-Preço base

Cláusula 4.ª-Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência

SECÇÃO II Contrato

Cláusula 5.ª-Cláusulas por que se rege o contrato

Cláusula 6.ª-Prazo de vigência do contrato

SECÇÃO III Obrigações contratuais

Cláusula 7.ª- Obrigações principais do co-contratante

Cláusula 8.ª- Verificação da execução

SECÇÃO IV Incumprimento do contrato

Cláusula 9.ª-Penalidades

SECÇÃO V Resolução do contrato

Cláusula 10.ª - Resolução do contrato pelo contraente público

Cláusula 11.ª- Resolução por iniciativa do co-contratante

SECÇÃO VI Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 12.ª -Casos fortuitos ou de força maior

PARTE II CLÁUSULAS ESPECIAIS

SECÇÃO I Local, prazo e horário de fornecimento

Cláusula 13.ª- Local de entrega

Cláusula 14.ª- Prazo de entrega

Cláusula 15.ª- Horário de fornecimento

SECÇÃO II Preço contratual

Cláusula 16.ª- Preço contratual

Cláusula 17.ª- Revisão de preços

SECÇÃO III Pagamento

Cláusula 18.ª- Condições de pagamento

PARTE III DISPOSIÇÕES FINAIS

SECÇÃO I Sigilo

Cláusula 19.ª -Obrigações de sigilo

SECÇÃO II Comunicações e notificações

Cláusula 20.ª -Comunicações e notificações

SECÇÃO III Contagem dos prazos

Cláusula 21.ª -Contagem dos prazos

SECÇÃO IV Legislação aplicável

Cláusula 22.ª - Legislação aplicável

SECÇÃO V Resolução de litígios

Cláusula 23.ª- Foro competente

PARTE I
Disposições gerais

Secção I
Disposições gerais

Cláusula 1.ª
Caderno de Encargos

O Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, nos termos do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 2.ª
Objeto

1. O presente concurso, constituído por **23 (vinte e três) lotes e visa a aquisição de material para hemodinâmica.**
2. **Deverão ser respeitadas as caraterísticas mínimas constantes no mapa de artigos a concurso em anexo ao presente caderno de encargos, e que dele faz parte integrante.**
3. As quantidades indicadas resultam de uma estimativa máxima de consumo para o período de vigência do contrato, podendo, por conseguinte, em sede de execução do mesmo, serem fornecidas quantidades inferiores, de acordo com as necessidades do contraente público.
4. A aquisição insere-se na categoria 33190000-8, descrita como "Dispositivos e Produtos Médicos Variados", constante do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de Dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º2151/2003, da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de Dezembro de 2003 (retificada pela Retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de Dezembro de 2003) e pelo Regulamento (CE) n.º213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de Março de 2008.

Cláusula 3.ª

Preço base

O preço base global é de **EUR 167.053,00 (cento e sessenta e sete mil e cinquenta e três euros)**, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, dividido conforme mapa de artigos em anexo ao caderno de encargos.

Cláusula 4.ª

Aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência

Para efeitos do disposto no artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, está submetido à concorrência, nos termos do disposto no presente Caderno de Encargos e no Programa do Procedimento, o preço.

Secção II

Contrato

Cláusula 5.ª

Cláusulas por que se rege o contrato

1. Nos casos em que a celebração do contrato implique a sua redução a escrito, a respetiva minuta é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A aprovação da minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos nºs 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da reclamação, o órgão que aprova a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
5. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário serão notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

6. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.
7. Todas as despesas inerentes à celebração do contrato, nomeadamente os emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 6.ª

Prazo de vigência do contrato

O contrato objeto deste procedimento é válido até 31 de dezembro de 2020 e produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura.

Secção III

Obrigações contratuais

Cláusula 7.ª

Obrigações principais do co-contratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o co-contratante as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de entrega dos bens nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos;
b) Cumprir o prazo de entrega dos bens identificado na sua proposta;
c) Enviar cada remessa de artigos requisitados acompanhada de guia de remessa /ou fatura em duplicado, na qual se mencionam os números e datas das notas de encomenda descriminando quantidades, artigos, preços e lotes.

Cláusula 8.ª

Verificação da execução

1. A verificação da execução tem por finalidade averiguar se o contrato está a ser convenientemente executado, nomeadamente aferir se as quantidades e prazo de entrega foram respeitados, bem como a qualidade dos bens fornecidos e dos serviços prestados.
2. O contraente público poderá realizar testes aos bens de modo a apurar a qualidade dos mesmos.

3. Aquando da recepção, será verificada a sua qualidade e conformidade com o contrato.
4. Perante a circunstância de fornecimento de grandes quantidades o processo referido no número anterior será realizado por amostragem.
5. Não obstante o referido no número precedente, no decurso da utilização e caso se verifique que os bens fornecidos não se mostram conformes com o adjudicado, nomeadamente em termos de quantidade e qualidade, o contraente público independentemente da possibilidade de aplicação de penalidades previstas neste caderno ou de outros meios legais, contactará o co-contratante para que, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, tal situação seja devidamente regularizada.

Secção IV
Incumprimento do contrato

Cláusula 9.ª
Penalidades

1. Sem prejuízo da possibilidade de resolução do contrato pelo contraente público nos termos do disposto nos artigos 333.º do Código dos Contratos Públicos, aplica-se à execução do contrato o disposto nos artigos 325.º e 329.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:
    a) Em caso de atraso no fornecimento, o contraente público, notificará o co-contratante para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, efetuar o fornecimento em falta;
    b) O contraente público aplicará ao co-contratante, por cada dia de atraso, uma multa correspondente a 0,1% do preço contratual;
    c) Todos os danos colaterais que comprovadamente sejam imputados ao co-contratante, ser-lhe-ão debitados pelo contraente público até ao limite de 20% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329º do Código dos Contratos Públicos.
2. Caso o incumprimento das obrigações pelo co-contratante reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o mesmo cederá a sua posição contratual ao concorrente que, no presente procedimento, vier a ser indicado pelo contraente público, por ordem sequencial de classificação, nos termos previstos no artigo 318º A do CCP.

Secção V
Resolução do contrato

Cláusula 10.ª
Resolução do contrato pelo contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público, pode resolver o contrato, a título sancionatório, logo que se verifique o não cumprimento das condições definidas no presente caderno de encargos, ou concretamente, quando ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao co-contratante:
   a) O fornecimento se encontre gravemente prejudicado;
   b) O incumprimento, ainda que parcial, da obrigatoriedade de execução do fornecimento (quando houver atraso na entrega dos bens ou falta de reposição do bom funcionamento por período superior a trinta dias);
   c) O aumento injustificado dos preços;
   d) A prática de atos dolosos ou negligentes que alterem o bom fornecimento;
   e) A obstrução à atuação da entidade a quem compete a verificação da execução do fornecimento, quando esta é realizada nos termos do presente caderno de encargos;
   f) Não cumprimento das obrigações assumidas em todo o articulado do presente caderno de encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao co-contratante.
3. A resolução não prejudica o pagamento ao co-contratante dos fornecimentos já realizados em conformidade com o contrato.

Cláusula 11.ª
Resolução por iniciativa do co-contratante

1. O co-contratante poderá resolver o contrato nos termos previstos na lei.
2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas, cessando todas as obrigações do co-contratante ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Secção VI
Casos fortuitos ou de força maior

Cláusula 12.ª
Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   a) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   b) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   c) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

PARTE II
CLÁUSULAS ESPECIAIS

Secção I
Local, prazo e horário de fornecimento

Cláusula 13.ª
Local de entrega

1. Os bens devem ser entregues no Hospital Dr. Nélio Mendonça, sito na Av. Luís de Camões, n.º 57, 9004-514 Funchal.
2. As entregas serão efetuadas conforme as necessidades do SESARAM, E.P.E., sempre que este o solicite.

Cláusula 14.ª
Prazo de entrega

1. Os bens devem ser entregues no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data de receção da respetiva nota de encomenda (se outro inferior não resultar da proposta adjudicada), a efetuar em função das necessidades.
2. Para os lotes 3, 9, 10, 11, 12 e 21, os bens são colocados em regime de consignação nas instalações do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E., Hospital Dr. Nélio Mendonça (nas quantidades indicadas pelo Núcleo de Aprovisionamento), cabendo ao co-contratante garantir a monitorização dos prazos de validade, sobre os quais terá inteira responsabilidade, assegurando a substituição imediata daqueles cujo prazo eventualmente expirar, sem qualquer custo acrescido para o SESARAM.
3. O Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E. poderá, em condições excecionais, ajustar com o co-contratante prazo de fornecimento diverso do acima indicado.

Cláusula 15.ª
Horário de fornecimento

O fornecimento deverá ser efetuado, salvo por motivos urgentes e a pedido do contraente público, de segunda a sexta-feira, das 9H00 às 16H00.

Secção II
Preço contratual

Cláusula 16.ª
Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público pagará ao co-contratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte para o respetivo local de entrega, as despesas inerentes à celebração do contrato, nomeadamente caução, quando aplicável, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 17.ª
Revisão de preços

Os preços propostos pelo adjudicatário deverão manter-se válidos durante todo o período de duração do contrato, não sendo admitida a revisão dos mesmos.

Secção III
Pagamento

Cláusula 18.ª
Condições de pagamento

1. Para efeitos de pagamento, o co-contratante deve apresentar ao contraente público a correspondente fatura a qual só poderá ser emitida após o cumprimento da obrigação respetiva.
2. A fatura deverá ser emitida em nome do contraente público, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º da encomenda, as quantidades e os preços unitários.
3. O pagamento terá lugar no prazo de 60 (sessenta) dias após a entrega da respetiva fatura, a qual só poderá ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.

4. Em caso de incumprimento da obrigação estabelecida no número anterior são devidos juros moratórios nos termos da lei.
5. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao co-contratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o co-contratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Não são admitidos adiantamentos por conta do fornecimento a efetuar.

PARTE III
Disposições finais

Secção I
Sigilo

Cláusula 19.ª
Obrigações de sigilo

O co-contratante obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pelo contraente público.

Secção II
Comunicações e notificações

Cláusula 20.ª
Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Secção III
Contagem dos prazos

Cláusula 21.ª
Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.

Secção IV
Legislação aplicável

Cláusula 22.ª
Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pelo Código dos Contratos Públicos.

SECÇÃO V
Resolução de litígios

Cláusula 23.ª
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal de Jurisdição Administrativa com sede no Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

NCP20200028 - HEMODINÂMICA

Lote	Posição	Descrição do artigo	Unidade	Quantidade Concurso	Preço por Lote
1	0001	GUIA C/TECN. INNERCOIL HIDROFILICA C/PONTA RADIOPACA C/4CM 1,2 GF	UNID	15	1 125,00 €
2	0002	GUIA AFUNILADA DIAMETRO 0.009 RADIOPACA 3,5CM C/1,5 GF	UNID	5	375,00 €
3	0003	CAT.BALAO P.CONICA C/3FIL. C/NITINOL ELECTROPOLIDOS DISP.ELICOID.VOLTA BALAO	UNID	30	20 100,00 €
4	0004	TABULEIRO EST.DE CATETERISMO CARDIACO	KIT	300	10 485,00 €
Caraterísticas mínimas lote 4: 1 COBERT. MESA INSTR. STANDART 190X150CM; 4 TOALHETES MÃOS 43X30CM; 2 BATAS CIRUG. STANDARD L; 1 PROLONG. ALTA PRESSÃO 150CM M-M 1200PSI; 1 TORNEIRA EST. 3 VIAS ALTA PRESSÃO; 2 SERINGAS LL 10ML 3P; 2 SERINGAS LL 20ML 3P; 2 AGULHAS INTRAMUSCULAR 21GX1 ½"; 1 AGULHA INTRAMUSCULAR 20GX1 ½"; 1 AGULHA PUNÇÃO 18G; 1 AGULHA INTRAMUSCULAR 23GX1; 3 PINÇAS P/TOALHAS; 40 COMPRESSAS GAZE 10X10CM; 1 ESPATÚLA DESINF.PRÉ CIRÚRGICA; 1 BISTURI N.º 11; 2 COPOS GRADUADOS 1000ML; 1 COPO GRADUADO P/FIO GUIA 2500ML; 1 CONJ. ETIQUETAS IDENT.ESPECIFICA; 1 COBERTURA PAINEL 75X100CM; 1 CAMPO CIRÚRGICO ANGIOGRAFIA 300X230CM C/4 ORÍFICIOS; 1 FIO GUIA 0.35X150 EM J					
5	0006	INTRODUTOR HIDROFILICO RADIAL DE 5/6FRX 25CM	UNID	200	7 000,00 €
Caraterísticas mínimas lote 5: RADIAL HIDROFILICO PTFE DE 4,5,6 E 7FR DE 7,10,16 DE 25CM C/DUPLA VALVULA HEMOSTATICA EM SILICONE E TORNEIRA 3VIAS C/"CLICK" GUIA METALICA OU PLASTICA HIDROFILICA DE 45 E 80CM DE 0.018", 0.020" E 0.025" AGULHA 38MM DE 20, 21, 22G OU CATETER IV DE 20 E 22G					

NCP20200028 - HEMODINÂMICA

Lote	Posição	Descrição do artigo	Unidade	Quantidade Concurso	Preço por Lote
6	0007	BANDA DE COMPRESSAO RADIAL DE 27CM	UNID	70	903,00 €
7	0008	BANDA DE COMPRESSAO RADIAL DE 23CM	UNID	30	387,00 €
8	0009	BANDA DE COMPRESSAO RADIAL DE 29CM	UNID	20	258,00 €
9	0010	CATETER BALAO DE SOBREDILATACAO HYDRAX PLUS C/PERFIL 0,016"	UNID	20	4 200,00 €
Caraterísticas mínimas lote 9: LUMEN CONSTITUIDO POR UM HIPOTUBO, PORTAL DISTAL COM RECOBRIMENTO HIDROFILIO DURABEL					
10	0011	CATETER BALAO HYDRAX PLUS C/PERFIL 0,016"	UNID	20	4 200,00 €
11	0012	CATETER BALAO P/ANGIOPLASTIA CORONARIA C/REVEST.HIDROF. PERFIL 0.01574 V.TAM	UNID	60	13 800,00 €
Caraterísticas mínimas lote 11: PONTA LONGA DE 4MM EM PEBAX					
12	0013	CATETER BALAO DE SOBREDILATACAO C/REVEST.HIDROF. PERFIL 0.01693 V. TAM.	UNID	20	4 600,00 €
Caraterísticas mínimas lote 12: PONTA LONGA DE 4MM EM PEBAX					

NCP20200028 - HEMODINÂMICA

Lote	Posição	Descrição do artigo	Unidade	Quantidade Concurso	Preço por Lote
13	0014	DISP. ENCERRAM. INTRAVASC. C/ROLHAO DE COLAGENIO BOVINO C/ANCORA COPOLIMERO	UNID	200	27 000,00 €
14	0015	INTRODUTORES C/ VALVULA HEMOSTATICA EXTENSAO LATERAL VARIOS CALIBRES	UNID	200	1 200,00 €
Caraterísticas mínimas lote 14: INTRODUTOR C/VÁLVULA E EXTENSÃO LATERAL FORNECIDOS COM MINI GUIA "J" 0,35" 11 CM DE COMPRIMENTO DISPONIVEL EM 4F ATÉ 12F					
15	0016	FIO DE DIAG. HIDROFILICO C/EXTREMIDADE ANGULADA DE VARIOS COMP. E DIAMETROS	UNID	20	300,00 €
16	0017	CUVETES P/DETERMINACAO DE ACT+ APARELHO HEMOCHROM	UNID	200	640,00 €
17	0018	GUIAS TEFLONADAS PONTAS RECTAS DE 150CM VARIOS DIAMETROS	UNID	20	120,00 €
Caraterísticas mínimas lote 17: FIOS-GUIA DE ALMA FIXA REVESTIDOS C/PTFE					
18	0019	GUIAS TEFLONADAS PONTAS RECTAS DE 260CM VARIOS DIAMETROS	UNID	10	60,00 €
Caraterísticas mínimas lote 18: FIOS-GUIA DE TROCA DE ALMA FIXA REVESTIDOS C/PTFE					

NCP20200028 - HEMODINÂMICA

Lote	Posição	Descrição do artigo	Unidade	Quantidade Concurso	Preço por Lote
19	0020	GUIAS TEFLONADAS PONTAS EM "J" DE 150CM VARIOS DIAMETROS	UNID	20	120,00 €
Caraterísticas mínimas lote 19: FIOS-GUIA DE ALMA FIXA REVESTIDOS C/PTFE					
20	0021	GUIAS TEFLONADAS PONTAS EM "J" DE 260CM VARIOS DIAMETROS	UNID	30	180,00 €
Caraterísticas mínimas lote 20: FIOS-GUIA DE ALMA MOVEL REVESTIDOS C/PTFE					
21	0022	CATETER BALAO DE SOBREDILATACAO PLATIUM-IRIDIUM C/PERFIL 0,018"V.THS	UNID	100	25 000,00 €
22	0023	FIO GUIA P/ANGIOPLASTIA C/ALMA DISTAL ACO INOX C/PONTA DURASTEEL 190/300CM	UNID	400	28 000,00 €
Caraterísticas mínimas lote 22: ALMA CONIFICADA C/DESENHO PARABOLICO RESPONSEASE, ALMA ATÉ A PONTA C/COILS NA ZONA DISTAL SENDO OS 3 CM DISTAIS RADIOPACOS DE NIQUEL PLATINO RECOBRIMENTO POLIMERICO HIDROFILICO, MARCADOR DE OURO A 4CM DA PONTA OU S/ RECOBRIMENTO POLIMERICO POSSIB.PONTA CONIFICADA ATÉ 0,009"					
23	0024	GUIA PRESSAO S/ADENOSINA C/185X300CM	UNID	20	17 000,00 €
Caraterísticas mínimas lote 23: CATETER GUIA DE PRESSOES C/REVESTIMENTO PTFE E REVESTIMENTO HIDROFILICO GLYDX; 185/300CM C/PONTA RETA/J;TECNOLOGIA INCORPORADA NO SENSOR ACUSENSE E C/CAPACIDADE DE EXECUTAR A MODALIDADE FFR E OU IFR					

NCP20200028 - HEMODINÂMICA

Lote	Posição	Descrição do artigo	Unidade	Quantidade Concurso	Preço por Lote
Preço Base Total					**167 053,00 €**